

# *Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas*

# **2021**



## SUMÁRIO

<b>DECLARAÇÃO DO CONTADOR .....</b>	<b>3</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....</b>	<b>5</b>
<b>BALANÇO PATRIMONIAL.....</b>	<b>5</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS .....</b>	<b>7</b>
<b>BALANÇO ORÇAMENTÁRIO .....</b>	<b>9</b>
<b>BALANÇO FINANCEIRO .....</b>	<b>11</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....</b>	<b>12</b>
<b>BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....</b>	<b>13</b>
<b>RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS.....</b>	<b>14</b>
<b>NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS .....</b>	<b>16</b>
<b>NOTA 01 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....</b>	<b>16</b>
<b>NOTA 02 – CRÉDITOS A CURTO PRAZO.....</b>	<b>16</b>
<b>NOTA 03 – IMOBILIZADO .....</b>	<b>17</b>
<b>NOTA 04 – DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO .....</b>	<b>19</b>
<b>NOTA 05 – RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO .....</b>	<b>19</b>
<b>NOTA 06 – RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS.....</b>	<b>20</b>
<b>NOTA 07 – DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS .....</b>	<b>21</b>
<b>NOTA 08 – RESULTADO ORÇAMENTÁRIO.....</b>	<b>24</b>
<b>NOTA 09 – RESTOS A PAGAR .....</b>	<b>24</b>
<b>INTERVENÇÃO FEDERAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO .....</b>	<b>24</b>

## DECLARAÇÃO DO CONTADOR

A Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos (CGCONT) foi criada pelo Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017, que definiu a composição da Secretaria-Geral (recriada pela Medida Provisória nº 768-2017). Esta Coordenação compõe a estrutura da Diretoria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade da Secretaria Especial de Administração da Secretaria-Geral da Presidência da República, que exerce a função de órgão setorial dos Sistemas de Contabilidade do Governo Federal e tem suas funções estabelecidas no art. 29 da Portaria SGPR nº 7/2018 (Aprova o Regimento Interno da Secretaria-Geral da Presidência da República).

O escopo desta declaração considera as Demonstrações Contábeis ora apresentadas que se limitam à execução da Presidência da República como Órgão não superior, considerando as seguintes Unidades Gestoras executoras: Secretaria Especial de Administração, Secretaria de Administração Setorial Orçamentária e Financeira, Agência Brasileira de Inteligência, Gabinete de Segurança Institucional, Fundo Social e Secretaria de Assuntos Estratégicos.

As Demonstrações Contábeis a seguir apresentadas são: o Balanço Patrimonial, a Demonstração das Variações Patrimoniais, o Balanço Orçamentário, o Balanço Financeiro e a Demonstração dos Fluxo de Caixa. Elas foram elaboradas em consonância com a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), o Manual SIAFI e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 8ª Edição (MCASP).

No exercício de 2018 foi decretada Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro (Decreto nº 9.288/2018), cuja estrutura ficou subordinada ao Presidente da República, integrando, portanto, a Presidência da República (PR). Devido ao seu caráter temporário, considerando a finalidade das Demonstrações Contábeis de proporcionar informação que seja útil para avaliação e tomada de decisão sobre a alocação de recursos (conforme disposto na NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis) e buscando manter as características qualitativas da informação contábil, sobretudo quanto à relevância e à comparabilidade (exigidas pela NBC TSP Estrutura Conceitual), optou-se por excluir das Demonstrações Contábeis apresentadas as informações da execução da unidade Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro.

A conformidade contábil das Demonstrações Contábeis é realizada pela Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos, de acordo com as normas vigentes e procedimentos estabelecidos no Manual SIAFI, visando assegurar as características qualitativas das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), tais como a relevância, a fidedignidade e a comparabilidade, tendo apresentado a seguinte ressalva:

### RESSALVA:

- a) **Termo de Execução Descentralizada (TED):** Os adiantamentos realizados por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED) apresentam saldos relativos a TEDs, cuja vigência encontra-se expirada, dos quais não se tem comprovação da execução e/ou devolução dos saldos não utilizados pela Unidade Gestora recebedora dos recursos, conforme orienta a Macrofunção SIAFI 020307 – Transferências Voluntárias.

## **DECLARAÇÃO**

Considerando os aspectos supracitados, **DECLARO que as informações constantes das Demonstrações Contábeis** (Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas), regidas pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), **relativas ao exercício de 2021, refletem, nos seus aspectos mais relevantes, a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Presidência da República, EXCETO no que tange à ressalva apresentada.**

**Brasília, 31 de março de 2022.**

Cleomara Strzelecki

CRC nº 061863/O-0

Contadora Geral da Presidência da República

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### BALANÇO PATRIMONIAL

Em Reais

Ativo	NE	2021	2020
<b>Ativo Circulante</b>		<b>13.459.085.378,05</b>	<b>46.014.798.201,88</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	01	13.354.124.820,83	45.750.505.710,69
Créditos a Curto Prazo	02	95.731.440,91	257.450.398,77
Estoques		9.050.698,17	6.738.494,72
VPDs Pagas Antecipadamente		178.418,14	103.597,70
<b>Ativo não Circulante</b>		<b>785.902.525,49</b>	<b>597.109.365,50</b>
Ativo Realizável a Longo Prazo		-	6.983,92
Imobilizado	03	769.144.474,30	578.856.070,04
Intangível		16.758.051,19	18.246.311,54
<b>Total do Ativo</b>		<b>14.244.987.903,54</b>	<b>46.611.907.567,38</b>
<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>			
	NE	2021	2020
<b>Passivo Circulante</b>		<b>81.097.304,28</b>	<b>95.526.731,31</b>
Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		69.939.513,89	68.017.189,64
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		51.432,52	1.354.541,05
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		-	44.776,64
Demais Obrigações a Curto Prazo	04	11.106.357,87	26.110.223,98
<b>Passivo não Circulante</b>		<b>625.953,68</b>	<b>-</b>
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		625.953,68	-
<b>Total do Passivo</b>		<b>81.723.257,96</b>	<b>95.526.731,31</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>14.163.264.645,58</b>	<b>46.516.380.836,07</b>
Demais Reservas		78.161,60	-
Resultados Acumulados		14.163.186.483,98	46.516.380.836,07
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>14.244.987.903,54</b>	<b>46.611.907.567,38</b>

Fonte: SIAFI

### Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes (Lei nº 4.320/1964)

Em Reais

Ativo	NE	2021	2020
<b>Especificação</b>		<b>14.244.987.903,54</b>	<b>46.611.907.567,38</b>
Ativo Financeiro		13.354.124.820,83	45.750.505.710,69
Ativo Permanente		890.863.082,71	861.401.856,69
<b>Passivo</b>		<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Especificação</b>		<b>181.971.189,02</b>	<b>327.526.996,53</b>
Passivo Financeiro		156.477.521,39	285.034.579,03
Passivo Permanente		25.493.667,63	42.492.417,50
<b>Saldo Patrimonial</b>		<b>14.063.016.714,52</b>	<b>46.284.380.570,85</b>

Fonte: SIAFI

**Quadro das Contas de Compensação (Lei nº 4.320/1964)**

Em Reais

Especificação	NE	2021	2020
<b>Atos Potenciais Ativos</b>		<b>22.233.158,22</b>	<b>40.634.940,37</b>
Execução dos Atos Potenciais Ativos		22.233.158,22	40.634.940,37
Garantias e Contragarantias Recebidas		19.890.955,86	36.348.784,69
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres		2.342.202,36	4.286.155,68
<b>Atos Potenciais Passivos</b>		<b>35.742.189,83</b>	<b>162.735.156,62</b>
Execução dos Atos Potenciais Passivos		35.742.189,83	162.735.156,62
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres		10.334.721,11	31.685.325,23
Obrigações Contratuais		25.407.468,72	131.049.831,39

Fonte: SIAFI

**Quadro do Superávit/Déficit Financeiro (Lei nº 4.320/1964)**

Em Reais

Destinação de recursos	NE	Superávit/Déficit Financeiro
<b>Recursos Ordinários</b>		<b>-96.567.063,85</b>
<b>Recursos Vinculados</b>		<b>13.294.214.363,29</b>
Seguridade Social (Exceto Previdência)		-2.813.704,60
Previdência Social (RPPS)		-239.696,05
Dívida Pública		-3.031.760,24
Alienação de Bens e Direitos		136.281,00
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		13.300.163.243,18
<b>Total</b>		<b>13.197.647.299,44</b>

Fonte: SIAFI

## DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Em Reais

Especificação	NE	2021	2020
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas</b>		<b>60.760.057.166,40</b>	<b>29.230.114.920,84</b>
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>		<b>1.153.403.120,81</b>	<b>691.027.367,92</b>
Venda de Produtos		1.152.784.627,93	690.529.586,51
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		618.492,88	497.781,41
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>		<b>1.449.763.787,43</b>	<b>2.816.606.561,33</b>
Juros e Encargos de Mora		89,77	174,67
Variações Monetárias e Cambiais		53,71	3.600,11
Remuneração de Depósitos Banc. e Aplicações Financeiras		1.449.763.643,95	2.816.602.786,55
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>		<b>57.629.748.817,06</b>	<b>22.999.437.221,47</b>
Transferências Intragovernamentais		57.605.671.303,79	22.969.221.326,99
Outras Transferências e Delegações Recebidas		24.077.513,27	30.215.894,48
<b>Valorização e Ganhos com Ativos e Desinc. de Passivos</b>		<b>525.574.955,31</b>	<b>2.720.970.877,92</b>
Reavaliação de Ativos		324.365.025,96	118.474.689,91
Ganhos com Alienação		4.028,65	-
Ganhos com Incorporação de Ativos		201.131.319,34	2.541.634.039,96
Ganhos com Desincorporação de Passivos		74.581,36	60.862.148,05
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>		<b>1.566.485,79</b>	<b>2.072.892,20</b>
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		1.566.485,79	2.072.892,20
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas</b>		<b>92.964.426.416,27</b>	<b>18.888.451.381,03</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>		<b>569.681.548,21</b>	<b>596.960.979,96</b>
Remuneração a Pessoal		417.146.514,05	431.222.449,30
Encargos Patronais		70.355.008,56	69.052.981,22
Benefícios a Pessoal		21.018.510,72	22.625.963,71
Outras Variações Patr. Diminutivas - Pessoal e Encargos		61.161.514,88	74.059.585,73
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>		<b>239.607.807,53</b>	<b>244.210.765,40</b>
Aposentadorias e Reformas		199.849.837,22	205.288.194,28
Pensões		38.359.525,01	35.128.909,00
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		1.398.445,30	3.793.662,12
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>		<b>249.740.618,95</b>	<b>406.386.702,16</b>
Uso de Material de Consumo		13.471.956,87	10.533.155,39
Serviços		211.189.588,81	371.657.812,57
Depreciação, Amortização e Exaustão		25.079.073,27	24.195.734,20
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>		<b>15.072,24</b>	<b>27.594,36</b>
Juros e Encargos de Mora		17,02	-
Variações Monetárias e Cambiais		6.046,22	27.594,36
Descontos Financeiros Concedidos		9.009,00	-
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>		<b>91.512.720.993,63</b>	<b>15.017.362.781,90</b>
Transferências Intragovernamentais		91.494.197.260,39	14.984.064.329,25
Transferências Intergovernamentais		-	3.257.290,08
Transferências ao Exterior		258.025,00	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas		18.265.708,24	30.041.162,57
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorp. de Passivos</b>		<b>378.780.118,34</b>	<b>2.608.854.773,78</b>
Reavaliação, Redução a Valor Rec. e Ajustes para Perdas		164.165.686,78	118.948.478,38
Perdas com Alienação		279.468,07	-
Perdas Involuntárias		402.240,59	1.050.577,43
Incorporação de Passivos		223.982,98	4.810.103,64
Desincorporação de Ativos		213.708.739,92	2.484.045.614,33
<b>Tributárias</b>		<b>285.427,19</b>	<b>302.046,32</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		233.540,51	255.493,58
Contribuições		51.886,68	46.552,74
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>		<b>13.594.830,18</b>	<b>14.345.737,15</b>
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		13.594.830,18	14.345.737,15

**Resultado Patrimonial do Período**

**05**

**-32.204.369.249,87**

**10.341.663.539,81**

Fonte: SIAFI



## BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Em Reais

Receitas Orçamentárias	NE 06	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c-b)
<b>Receitas Correntes</b>		<b>8.581.617.915,00</b>	<b>8.581.617.915,00</b>	<b>2.645.932.435,95</b>	<b>-5.935.685.479,05</b>
Receita Tributária		-	-	23,94	23,94
Receita Patrimonial		7.976.392.044,00	7.976.392.044,00	1.493.147.784,08	-6.483.244.259,92
Receita Industrial		605.225.871,00	605.225.871,00	1.152.784.627,93	547.558.756,93
<b>Receitas de Capital</b>		<b>591.218.526,00</b>	<b>591.218.526,00</b>	<b>136.281,00</b>	<b>-591.082.245,00</b>
Operações de Crédito		591.218.526,00	591.218.526,00	-	-591.218.526,00
Alienação de Bens		-	-	136.281,00	136.281,00
<b>Total das Receitas ( I )</b>		<b>9.172.836.441,00</b>	<b>9.172.836.441,00</b>	<b>2.646.068.716,95</b>	<b>-6.526.767.724,05</b>

Fonte: SIAFI

Em Reais

Despesas Orçamentárias	NE 07	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f-g)
<b>Despesas Correntes</b>		<b>1.114.118.956,00</b>	<b>1.065.489.459,00</b>	<b>1.037.057.967,15</b>	<b>983.067.207,14</b>	<b>930.113.933,21</b>	<b>28.431.491,85</b>
Pessoal e Encargos Sociais		831.899.662,00	811.640.885,00	796.334.742,01	780.186.631,69	729.602.891,14	15.306.142,99
Outras Despesas Correntes		282.219.294,00	253.848.574,00	240.723.225,14	202.880.575,45	200.511.042,07	13.125.348,86
<b>Despesas de Capital</b>		<b>8.746.343.289,00</b>	<b>8.721.550.473,00</b>	<b>32.273.337,69</b>	<b>3.891.628,06</b>	<b>3.891.628,06</b>	<b>8.689.277.135,31</b>
Investimentos		61.497.745,00	36.704.929,00	32.273.337,69	3.891.628,06	3.891.628,06	4.431.591,31
Inversões Financeiras		8.684.845.544,00	8.684.845.544,00	-	-	-	8.684.845.544,00
<b>Total das Despesas ( II )</b>		<b>9.860.462.245,00</b>	<b>9.787.039.932,00</b>	<b>1.069.331.304,84</b>	<b>986.958.835,20</b>	<b>934.005.561,27</b>	<b>8.717.708.627,16</b>
<b>Resultado Orçamentário (III = I – II)</b>	<b>08</b>	<b>SUPERÁVIT</b>		<b>1.576.737.412,11</b>			<b>-1.576.737.412,11</b>
<b>Total</b>		<b>9.860.462.245,00</b>	<b>9.787.039.932,00</b>	<b>2.646.068.716,95</b>	<b>986.958.835,20</b>	<b>934.005.561,27</b>	<b>7.140.971.215,05</b>

Fonte: SIAFI

Quadro da Execução de Restos a Pagar não Processados

Em Reais

Despesas Orçamentárias	NE	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior				
<b>Despesas Correntes</b>		<b>-55.245.754,87</b>	<b>154.230.854,46</b>	<b>69.664.878,11</b>	<b>69.183.587,51</b>	<b>17.535.162,41</b>	<b>12.266.349,67</b>
Pessoal e Encargos Sociais		2.841.177,68	18.220.491,65	5.781.863,43	5.326.230,55	7.902.645,66	7.832.793,12
Outras Despesas Correntes		-58.086.932,55	136.010.362,81	63.883.014,68	63.857.356,96	9.632.516,75	4.433.556,55
<b>Despesas de Capital</b>		<b>3.426.407,42</b>	<b>54.446.677,34</b>	<b>47.280.626,09</b>	<b>47.258.139,39</b>	<b>4.502.056,32</b>	<b>6.112.889,05</b>
Investimentos		3.426.407,42	54.446.677,34	47.280.626,09	47.258.139,39	4.502.056,32	6.112.889,05
<b>Total</b>	<b>09</b>	<b>-51.819.347,45</b>	<b>208.677.531,80</b>	<b>116.945.504,20</b>	<b>116.441.726,90</b>	<b>22.037.218,73</b>	<b>18.379.238,72</b>

Fonte: SIAFI

Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados e não Processados Liquidados

Em Reais

Despesas Orçamentárias	NE	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo
		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior			
<b>Despesas Correntes</b>		<b>657.858,48</b>	<b>51.694.036,71</b>	<b>49.696.864,70</b>	<b>17.327,65</b>	<b>2.637.702,84</b>
Pessoal e Encargos Sociais		31.362,81	49.832.414,15	47.858.988,16	17.327,65	1.987.461,15
Outras Despesas Correntes		626.495,67	1.861.622,56	1.837.876,54	-	650.241,69
<b>Despesas de Capital</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Investimentos		-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>09</b>	<b>657.858,48</b>	<b>51.694.036,71</b>	<b>49.696.864,70</b>	<b>17.327,65</b>	<b>2.637.702,84</b>

Fonte: SIAFI

## BALANÇO FINANCEIRO

Em Reais

Especificação	NE	2021	2020
<b>Ingressos</b>		<b>60.226.570.732,44</b>	<b>26.722.106.409,98</b>
<b>Receitas Orçamentárias</b>		<b>2.646.068.716,95</b>	<b>3.484.204.801,60</b>
Ordinárias		23,94	1.509,02
Vinculadas		2.646.068.693,01	3.484.203.292,58
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>		<b>57.441.979.836,69</b>	<b>22.969.098.866,13</b>
Resultantes da Execução Orçamentária		57.211.792.389,35	22.489.059.766,95
Independentes da Execução Orçamentária		230.187.447,34	480.039.099,18
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>		<b>138.522.178,80</b>	<b>268.802.742,25</b>
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		52.953.273,93	51.640.715,39
Inscrição dos Restos a Pagar não Processados		82.372.469,64	212.668.309,87
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		1.029.840,66	1.349.145,86
Outros Recebimentos Extraorçamentários		2.166.594,57	3.144.571,13
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>		<b>45.750.505.710,69</b>	<b>35.549.637.784,38</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		45.750.505.710,69	35.549.637.784,38
<b>Total (Ingressos + Saldo Exerc. Anterior)</b>		<b>105.977.076.443,13</b>	<b>62.271.744.194,36</b>
<b>Dispêndios</b>		<b>92.622.951.622,30</b>	<b>16.521.238.483,67</b>
<b>Despesas Orçamentárias</b>		<b>1.069.331.304,84</b>	<b>1.276.034.062,25</b>
Ordinárias		859.510.977,61	826.721.968,50
Vinculadas		209.820.327,23	449.312.093,75
<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>		<b>91.383.241.307,30</b>	<b>14.984.038.991,45</b>
Resultantes da Execução Orçamentária		80.434.875.510,02	13.992.095.147,98
Independentes da Execução Orçamentária		10.948.365.797,28	991.943.843,47
<b>Pagamentos Extraorçamentários</b>		<b>170.379.010,16</b>	<b>261.165.429,97</b>
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		49.696.864,70	53.214.683,28
Pagamento dos Restos a Pagar não Processados		116.441.726,90	206.405.423,09
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		1.031.377,26	1.354.985,95
Outros Pagamentos Extraorçamentários		3.209.041,30	190.337,65
<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>		<b>13.354.124.820,83</b>	<b>45.750.505.710,69</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		13.354.124.820,83	45.750.505.710,69
<b>Total (Dispêndios + Saldo Exerc. Seguinte)</b>		<b>105.977.076.443,13</b>	<b>62.271.744.194,36</b>

Fonte: SIAFI

## Resultado Financeiro do Exercício

Em Reais

Especificação	NE	2021	2020
Ingressos		60.226.570.732,44	26.722.106.409,98
Dispêndios		92.622.951.622,30	16.521.238.483,67
<b>Resultado Financeiro do Exercício</b>		<b>-32.396.380.889,86</b>	<b>10.200.867.926,31</b>

Fonte: SIAFI

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em Reais

Especificação	NE	2021	2020
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</b>		<b>-32.345.367.403,41</b>	<b>10.236.382.557,64</b>
<b>Ingressos</b>		<b>60.091.108.707,87</b>	<b>26.457.250.177,57</b>
Receita Tributária		23,94	-
Receita Industrial		1.152.784.627,93	690.529.586,51
Remuneração das Disponibilidades		1.493.147.784,08	2.793.673.706,07
Outras Receitas Derivadas e Originárias		-	1.509,02
Outros Ingressos Operacionais		57.445.176.271,92	22.973.045.375,97
<b>Desembolsos</b>		<b>-92.436.476.111,28</b>	<b>-16.220.867.619,93</b>
Pessoal e Demais Despesas		-979.969.409,39	-1.125.730.508,01
Transferências Concedidas		-69.549.050,40	-109.552.796,87
Outros Desembolsos Operacionais		-91.386.957.651,49	-14.985.584.315,05
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento</b>		<b>-51.013.486,45</b>	<b>-35.514.631,33</b>
<b>Ingressos</b>		<b>136.281,00</b>	-
Alienação de Bens		136.281,00	-
<b>Desembolsos</b>		<b>-51.149.767,45</b>	<b>-35.514.631,33</b>
Aquisição de Ativo não Circulante		-48.221.408,18	-27.276.727,36
Outros Desembolsos de Investimentos		-2.928.359,27	-8.237.903,97
<b>Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa</b>		<b>-32.396.380.889,86</b>	<b>10.200.867.926,31</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial		45.750.505.710,69	35.549.637.784,38
Caixa e Equivalentes de Caixa Final		<b>13.354.124.820,83</b>	<b>45.750.505.710,69</b>

Fonte: SIAFI

## **BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As Demonstrações Contábeis (DCON) foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBC TSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

Os dados utilizados para elaboração das Demonstrações Contábeis apresentadas nesse relatório foram extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), tiveram como objeto as informações do Órgão não superior 20101 – Presidência da República (desconsiderando os valores relativos à Unidade Gestora Executora da Intervenção Federal no estado do Rio de Janeiro, por esta unidade ter sido criada em caráter temporário e não atender ao princípio da continuidade) e não contemplaram os critérios de compensação e consolidação, posto que no SIAFI este mecanismo está disponibilizado apenas no nível do Balanço Geral da União (BGU).

A estrutura e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras definidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), abrangendo:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e
- VI. Notas Explicativas.

## RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

A seguir são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União, considerando as opções e premissas vigentes nas normas aplicadas à contabilidade do setor público.

**Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras** - A moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das Demonstrações Contábeis.

**Caixa e equivalentes de caixa** - Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das Demonstrações Contábeis.

**Créditos a curto prazo** - Compreende valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferência e empréstimos e financiamentos concedidos, realizáveis em até 12 meses da data das Demonstrações Contábeis. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

**Demais créditos e valores a curto prazo** - Compreende valores a receber por demais transações realizáveis no curto prazo, tais como: adiantamentos concedidos, tributos a recuperar/compensar, créditos a receber decorrentes da descentralização de serviços públicos e créditos por dano ao patrimônio público.

**Estoques** - Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades, tais como: as mercadorias para revenda e doação, almoxarifado, importações em andamento e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

**Ativo realizável a longo prazo** - Compreende bens, direitos e despesas antecipadas realizáveis no longo prazo. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado, conforme art. 106 da Lei 4.320/64.

**Imobilizado** - O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como Variações Patrimoniais Diminutivas do período.

**Intangível** – Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

**Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUNet** - O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUNet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso. A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

**Passivos circulantes e não circulantes** - As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das Demonstrações Contábeis.

**Fornecedores e contas a pagar a curto prazo** - Compreende valores referentes a obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

**Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo** - Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo. São reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados, sendo registrados como Variações Patrimoniais Diminutivas. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da União, relacionados com aposentadoria e assistência médica, são também reconhecidos pelo regime de competência.

**Demais obrigações a curto prazo** - Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros não inclusas nos demais subgrupos do passivo circulante, tais como: adiantamento de clientes, valores restituíveis, créditos a comprovar decorrentes de Termo de Execução Descentralizada (TED) e outros valores decorrentes de obrigações junto a entidades federais não pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS), não abarcados por contas específicas.

**Ativos e passivos contingentes** - Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis. Quando relevantes, são contabilizados em contas de controle e evidenciados nas Notas Explicativas.

## NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### NOTA 01 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Subgrupo Caixa e Equivalentes de Caixa da Presidência da República possui a seguinte composição:

Caixa e Equivalentes de Caixa	2021 (R\$)	2020 (R\$)	AH (%)	AV 2021(%)
Fundo Social	13.300.163.922,58	45.644.892.241,57	-70,86%	99,60%
Demais Unidades Gestoras	53.960.898,25	105.613.469,12	-48,91%	0,40%
<b>Total</b>	<b>13.354.124.820,83</b>	<b>45.750.505.710,69</b>	<b>-70,81%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

O Fundo Social concentra a maior parte do caixa da Presidência da República. Ele foi criado com a finalidade de constituir fonte de recursos para o desenvolvimento social e regional, na forma de programas e projetos nas áreas de combate à pobreza e de desenvolvimento da educação, da cultura, do esporte, da saúde pública, da ciência e tecnologia, do meio ambiente e de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. De acordo com o art. 52 da Lei nº 12.351/2010, a política de investimentos do Fundo Social será definida pelo Comitê de Gestão Financeira do Fundo Social (CGFFS).

A redução significativa dos recursos do Fundo Social foi em decorrência da publicação da Portaria nº 759, de 22 de março de 2021, que determinou a centralização, na Secretaria do Tesouro Nacional (STN), e posterior liberação das fontes de recursos oriundos do superávit financeiro dos fundos públicos do Poder Executivo Federal para amortização da dívida pública da União, nos termos do art. 5º da Emenda Constitucional nº 109, de 16 de março de 2021. No exercício de 2021, foram transferidos R\$ 46.035.059.191,87 (quarenta e seis bilhões, trinta e cinco milhões, cinquenta e nove mil, cento e noventa e um reais e oitenta e sete centavos) do Fundo Social para a Secretaria do Tesouro Nacional.

### NOTA 02 – CRÉDITOS A CURTO PRAZO

O Subgrupo Créditos a Curto Prazo compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos, realizáveis em até 12 (doze) meses da data das demonstrações.

Na Presidência da República o subgrupo Créditos a Curto Prazo possui a seguinte composição:

Créditos a Curto Prazo	2021 (R\$)	AV 2021 (%)
Adiantamentos Concedidos	8.224.164,69	8,59%
Créditos por Dano ao Patrimônio	833.281,87	0,87%
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	86.673.994,35	90,54%
<b>Total</b>	<b>95.731.440,91</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

Em Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo estão registrados os recursos financeiros que a Presidência da República enviou para outras Unidades Gestoras utilizarem na execução de ações de interesse recíproco, ou de interesse apenas da Presidência da República, acordadas por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED). Conforme o Decreto nº 10.426/2020, TED é o instrumento por meio do qual a descentralização de créditos entre órgãos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União é ajustada, com vistas à execução de programas, de projetos e de atividades, nos termos estabelecidos no plano de trabalho e observada a classificação funcional programática.



Alguns dos TEDs, em que a Presidência da República enviou recursos para outras Unidades Gestoras utilizarem, estão com a vigência expirada. Assim, a Presidência da República ainda está aguardando que as Unidades Gestoras receptoras dos recursos financeiros apresentem seus relatórios parciais de cumprimento das ações acordadas, demonstrando a utilização dos recursos recebidos. Do total de recursos enviados R\$ 50.329.677,85 (cinquenta milhões, trezentos e vinte e nove milhões, seiscentos e setenta e sete reais e oitenta e cinco centavos), R\$ 1.884.247,29 (um milhão, oitocentos e oitenta e quatro mil, duzentos e quarenta e sete reais e vinte e nove centavos) correspondem a recursos que ainda aguardam prestação de contas, cujos TEDs estão com a vigência expirada.

### NOTA 03 – IMOBILIZADO

O Imobilizado refere-se aos bens tangíveis destinados à manutenção ou exercício da finalidade da Presidência da República e se divide em Bens Móveis e Bens Imóveis. Nesse subgrupo existe ainda a Depreciação Acumulada que compreende a diminuição do valor dos elementos do Ativo Imobilizado devido ao desgaste pelo uso, ação da natureza ou obsolescência.

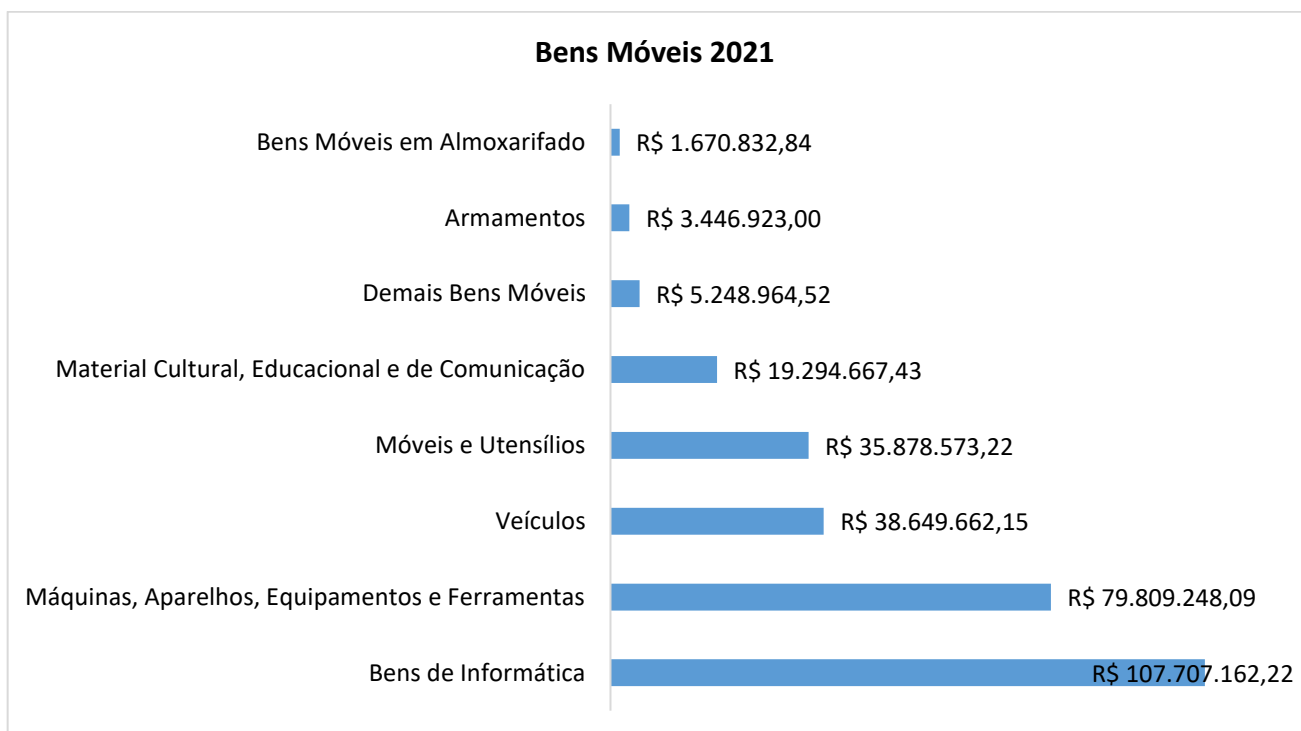
Na Presidência da República o Imobilizado possui a seguinte composição:

Imobilizado	2021 (R\$)
Bens Móveis	291.706.033,47
Bens Imóveis	620.603.655,30
Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada	-143.165.214,47
<b>Total</b>	<b>769.144.474,30</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

### BENS MÓVEIS

Na Presidência da República os Bens Móveis estão assim subdivididos:



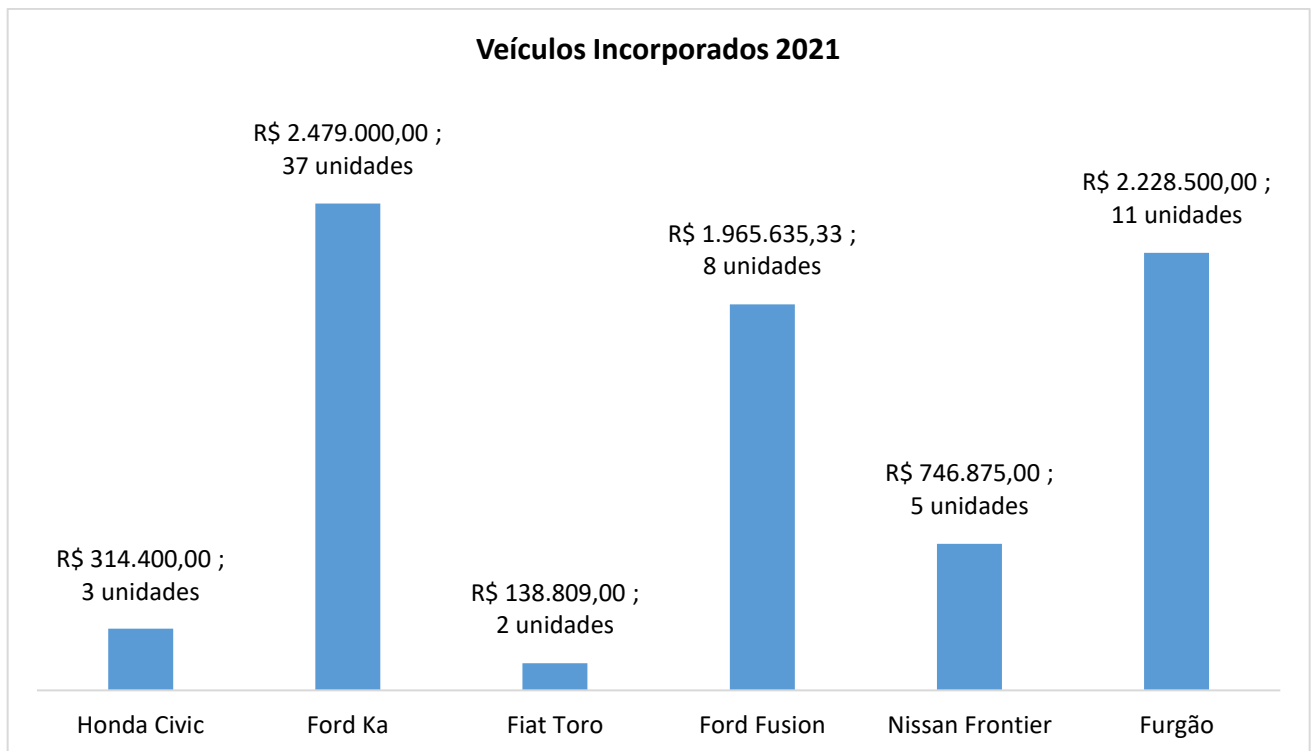
Fonte: Tesouro Gerencial

Durante o Exercício de 2021 a Presidência da República teve bens incorporados ao seu patrimônio, que foram recebidos por meio de doação, dentre os quais se destacam as obras de arte, registradas no item Material Cultural, Educacional e de Comunicação, conforme demonstrado abaixo:

Título da Obra	Artista	Valor (R\$)
Sonho	Carlos Eduardo Zimmermann	70.000,00
Dobradura I	Carlos Eduardo Zimmermann	80.000,00
Sem título	Amílcar de Castro	900.000,00
A festa dos cogumelos	Gilvan Domingos Nunes	26.000,00

Fontes: SIAFI e SEI

Além das obras de arte, alguns veículos também foram incorporados ao patrimônio da Presidência da República, conforme demonstrado abaixo:



Fonte: Tesouro Gerencial

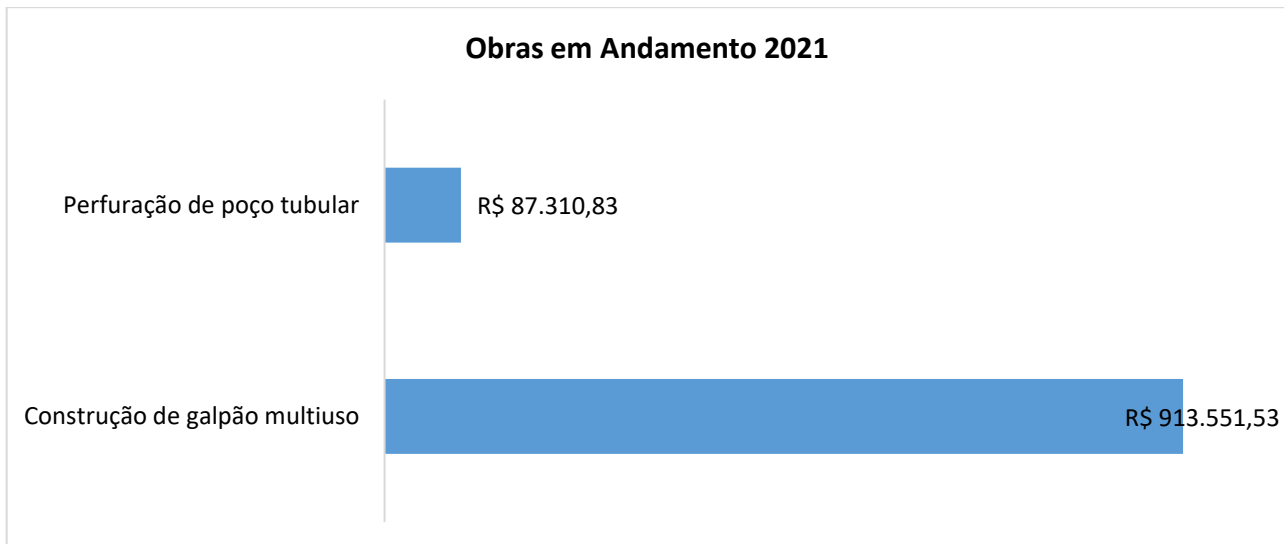
## BENS IMÓVEIS

Na Presidência da República os Bens Imóveis estão subdivididos da seguinte forma:

Bens Imóveis	2021 (R\$)	2020 (R\$)	AH (%)	AV 2021(%)
Bens de Uso Especial Registrados no SPIUNet	615.879.151,27	451.075.782,41	36,54%	99,24%
Bens Imóveis em Andamento	2.193.753,87	1.041.645,99	110,60%	0,35%
Instalações	2.530.750,16	2.548.076,52	-0,68%	0,41%
<b>Total</b>	<b>620.603.655,30</b>	<b>454.665.504,92</b>	<b>36,50%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

No exercício de 2021 ocorreram acréscimos aos imóveis da Presidência da República, através de pagamentos registrados em obras em andamento, cujos valores serão incorporados aos respectivos patrimônios quando do encerramento dessas obras, conforme demonstrado a seguir:



Fonte: Tesouro Gerencial

A perfuração de poço tubular teve como finalidade a irrigação para paisagismo de área de 86.544 m<sup>2</sup> localizada na Praça dos Três Poderes, Palácio do Planalto e suas áreas adjacentes. A Presidência da República buscou, através da construção do poço proposto, colaborar com a sociedade, diminuindo o consumo de água potável do órgão ao utilizar água bruta captada do lençol freático para usos menos nobres, onde ainda hoje se emprega água tratada.

A construção do galpão multiuso tem a finalidade de atender às necessidades do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), para utilização como local adequado para realização de treinamentos simulados e como depósito para guarda de bens e equipamentos adquiridos.

#### NOTA 04 – DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO

O Subgrupo Demais Obrigações a Curto Prazo compreende as obrigações da entidade junto a terceiros não incluídas em outros subgrupos, com vencimento no curto prazo. Na Presidência da República as Demais Obrigações a Curto Prazo estão assim subdivididas:

Demais Obrigações a Curto Prazo	2021 (R\$)	AV 2021 (%)
Outras Obrigações a Curto Prazo	5.658.326,62	50,95%
Valores Restituíveis	5.448.031,25	49,05%
<b>Total</b>	<b>11.106.357,87</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

Em Outras Obrigações a Curto Prazo estão registrados os recursos financeiros que a Presidência da República recebeu de outras Unidades Gestoras, para utilizar na execução de ações de interesse recíproco, ou de interesse apenas das Unidades Gestoras transferidoras, acordadas por meio de TED. Conforme o Decreto nº 10.426/2020, TED é o instrumento por meio do qual a descentralização de créditos entre órgãos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União é ajustada, com vistas à execução de programas, de projetos e de atividades, nos termos estabelecidos no plano de trabalho e observada a classificação funcional programática.

#### NOTA 05 – RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO

O Resultado Patrimonial do Período é o saldo do confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPAs) e as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs). Este resultado está refletido no

Balço Patrimonial no subgrupo Resultados Acumulados. Em 2021, embora tanto as VPAs quanto as VPDs tenham aumentado, o Resultado Patrimonial do Período teve uma redução, conforme demonstrado a seguir:

Resultado Patrimonial do Período	2021 (R\$)	2020 (R\$)	AH (%)
VPAs	60.760.057.166,40	29.230.114.920,84	107,87%
VPDs	92.964.426.416,27	18.888.451.381,03	392,18%
Resultado Patrimonial do Período	-32.204.369.249,87	10.341.663.539,81	-411,40%

Fonte: Tesouro Gerencial

Contribuíram significativamente para a redução do Resultado Patrimonial do Período as transferências decorrentes da publicação da Portaria nº 759, de 22 de março de 2021, que determinou a centralização, na Secretaria do Tesouro Nacional (STN), e posterior liberação das fontes de recursos oriundos do superávit financeiro dos fundos públicos do Poder Executivo Federal para amortização da dívida pública da União, nos termos do art. 5º da Emenda Constitucional nº 109, de 16 de março de 2021.

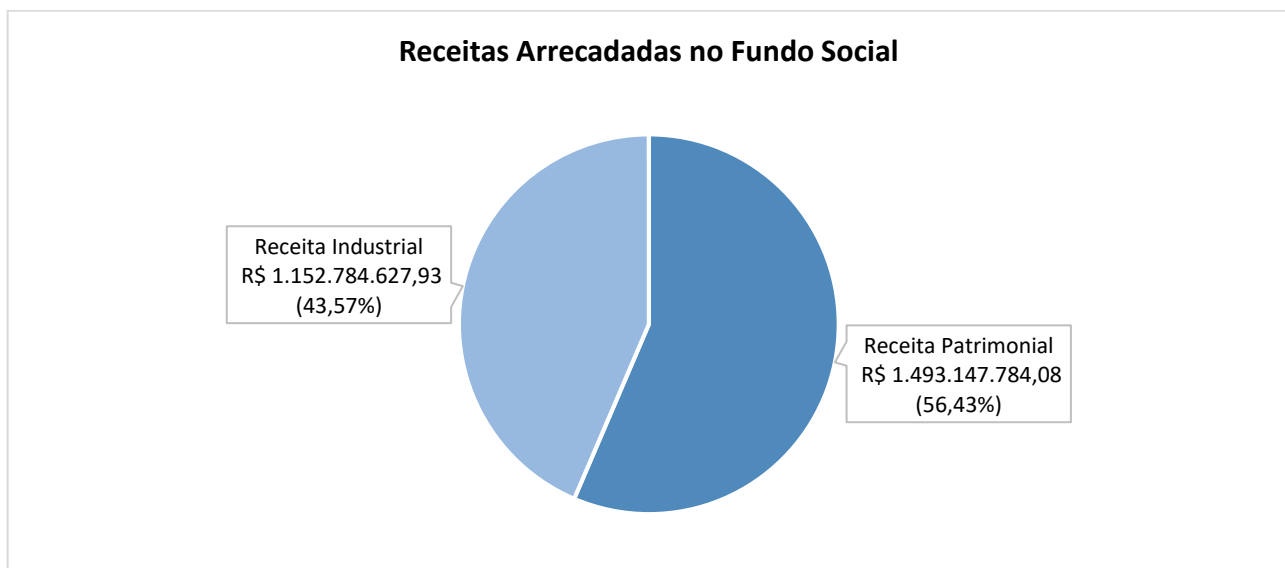
## NOTA 06 – RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

A Lei 4.320/1964 define, em seu art. 35, como pertencentes ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas. No Balço Orçamentário da Presidência da República as receitas arrecadadas estão demonstradas no campo Receitas Realizadas e são advindas, em sua maioria, do Fundo Social, conforme demonstrado abaixo:

Receitas Orçamentárias	2021 (R\$)	AV 2021 (%)
Fundo Social	2.645.932.412,01	99,99%
Demais Fontes	136.304,94	0,01%
Total	2.646.068.716,95	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

De acordo com o Manual Técnico de Orçamento (MTO), para a identificar a procedência das receitas no momento em que ingressam nos cofres públicos elas podem ser detalhadas de acordo com sua origem. No Fundo Social, as receitas arrecadadas possuem as seguintes origens:



Fonte: Tesouro Gerencial

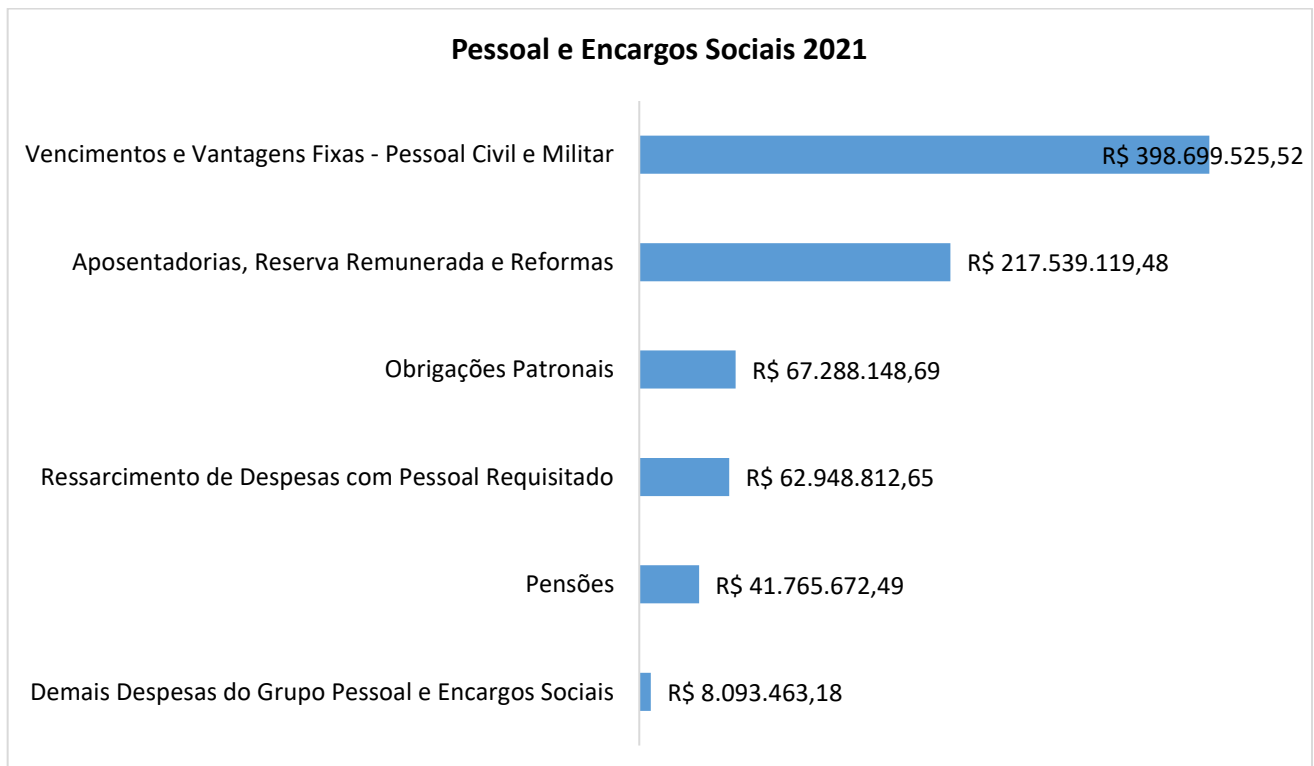
As origens das receitas arrecadadas nas Demais fontes são as seguintes:

Receitas Arrecadadas nas Demais Fontes	2021 (R\$)	AV 2021 (%)
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	23,94	0,02%
Alienação de Bens	136.281,00	99,98%
<b>Total</b>	<b>136.304,94</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

## NOTA 07 – DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

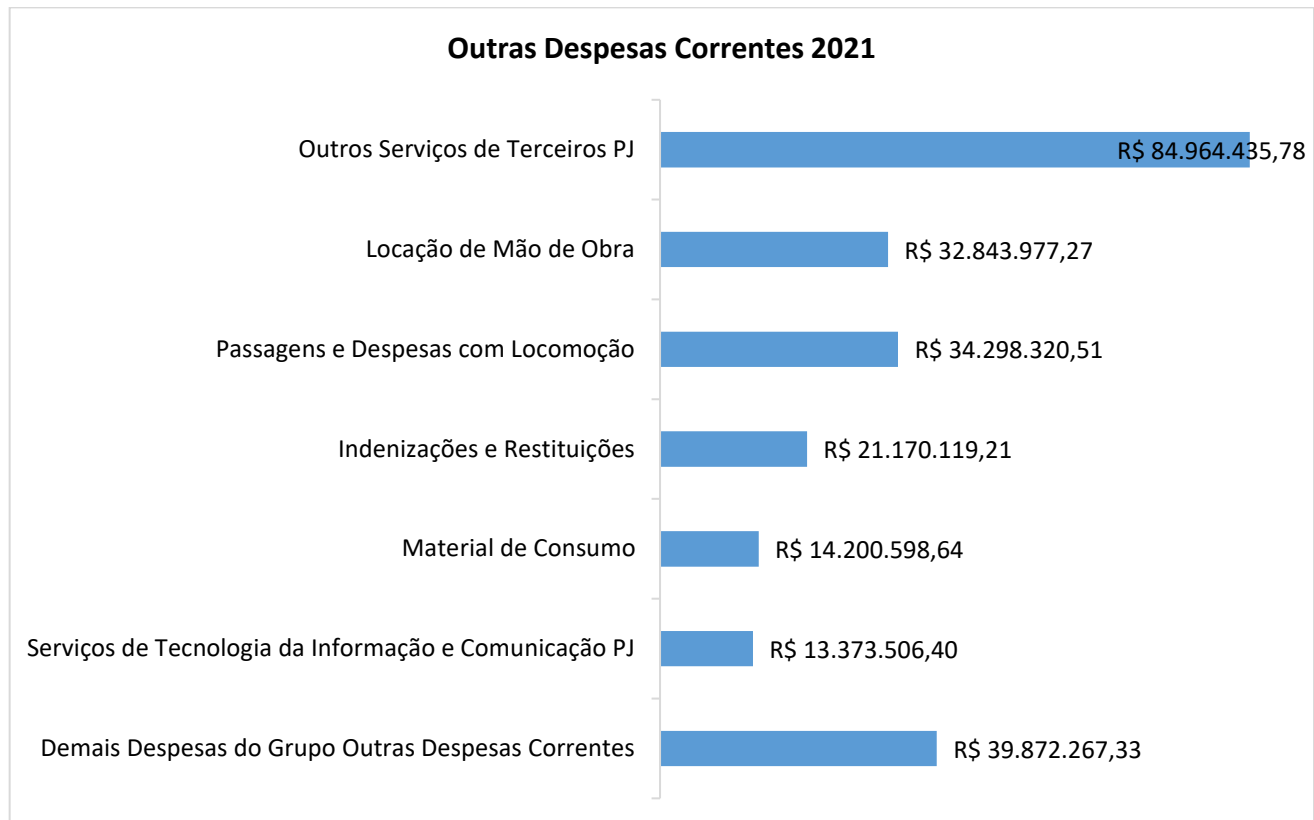
As despesas executadas pertencentes ao exercício financeiro, também definidas no art. 35 da Lei 4.320/1964, são as que foram nele legalmente empenhadas. Na Presidência da República, as despesas empenhadas no grupo Pessoal e Encargos Sociais estão assim subdivididas:



Fonte: Tesouro Gerencial

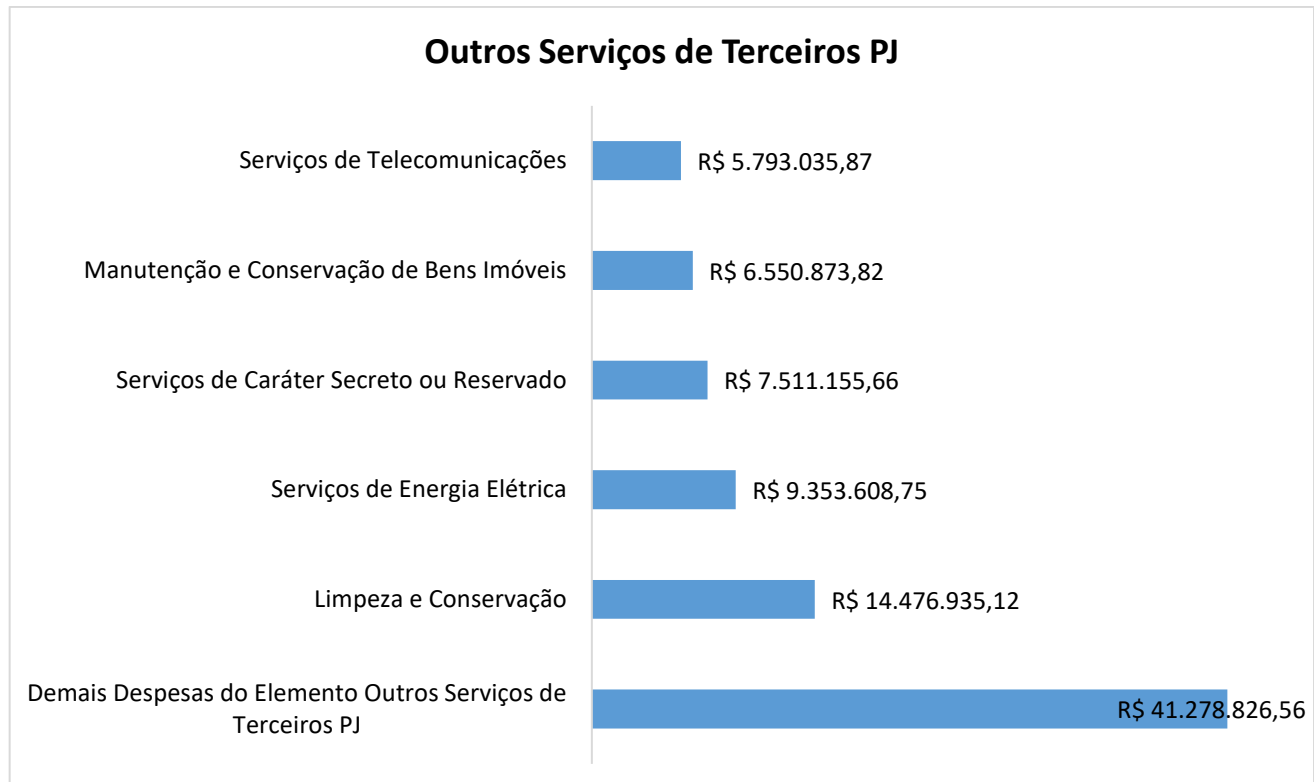
Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil e Militar foi o elemento mais representativo dentro do grupo Pessoal e Encargos Sociais. Nesse elemento foram empenhadas despesas como vencimentos, salários, soldo, gratificações, adicionais, férias e 13º salário.

Já no grupo Outras Despesas Correntes, as subdivisões são as seguintes:



Fonte: Tesouro Gerencial

No elemento Outros Serviços de Terceiros PJ, o mais representativo dentro do grupo Outras Despesas Correntes, foram empenhadas as seguintes despesas:



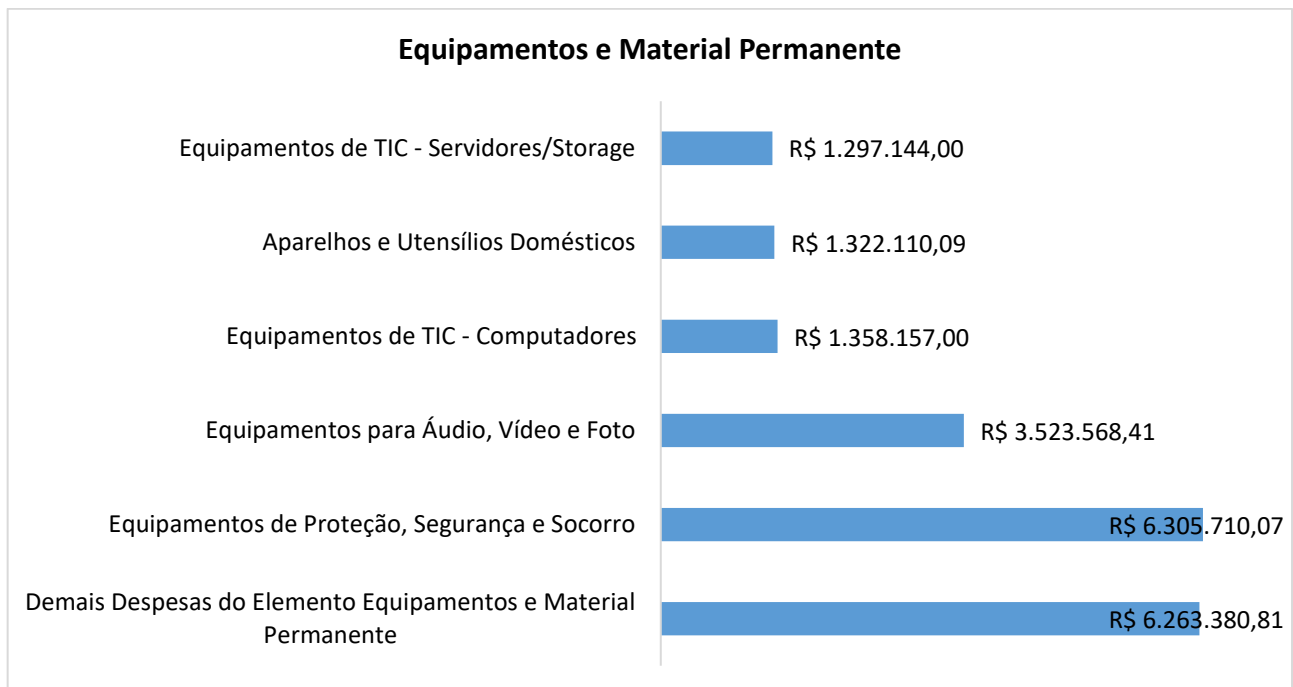
Fonte: Tesouro Gerencial

Nos Investimentos existem as seguintes subdivisões:



Fonte: Tesouro Gerencial

No elemento Equipamentos e Material Permanente foram empenhadas as seguintes despesas:



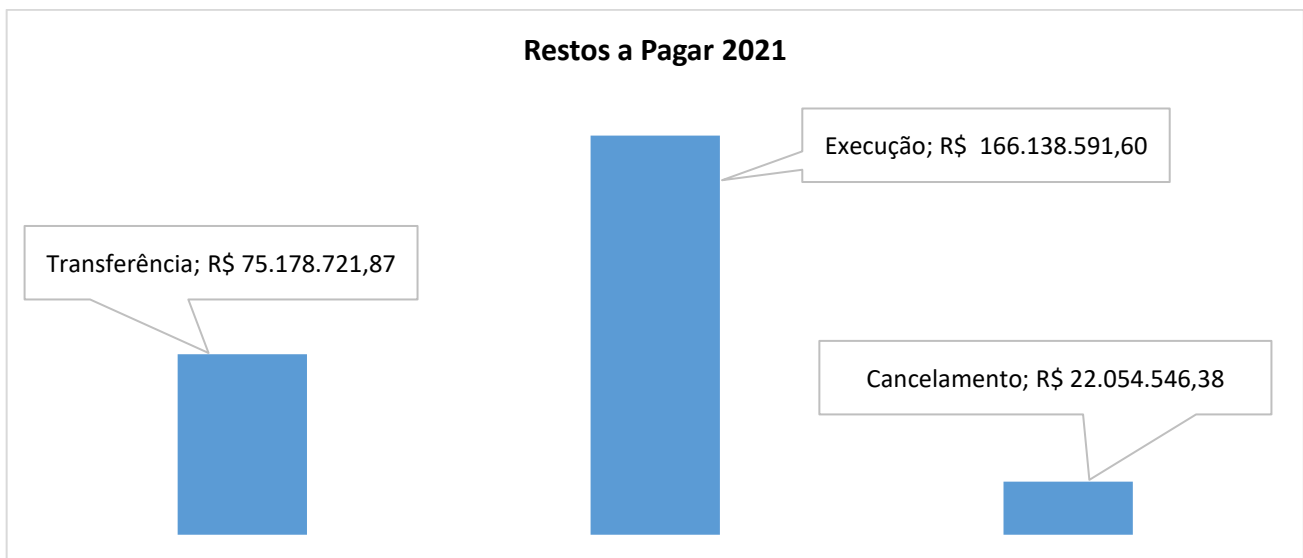
Fonte: Tesouro Gerencial

## NOTA 08 – RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

O Resultado Orçamentário demonstra o desempenho da Presidência da República na gestão orçamentária dos recursos e é obtido através do confronto entre as Receitas Realizadas e as Despesas Empenhadas. No exercício de 2021 esse resultado foi superavitário, indicando que a arrecadação de receitas superou a execução de despesas. Esse Resultado Orçamentário é impactado principalmente pela arrecadação do Fundo Social.

## NOTA 09 – RESTOS A PAGAR

Nos termos do art. 36 da Lei 4.320/1694, os Restos a Pagar contemplam as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro. Na Presidência da República, no exercício de 2021, ocorreram as seguintes operações com os Restos a Pagar:



Fonte: Tesouro Gerencial

Os Restos a Pagar transferidos pertencem à Unidade Gestora 110319 – Secretaria de Comunicação Social/PR, que teve seus saldos transferidos da Presidência da República para o Ministério das Comunicações, tendo em vista sua incorporação a este ministério, nos termos do Decreto nº 10.462, de 14 de agosto de 2020.

## INTERVENÇÃO FEDERAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro, iniciada com o Decreto nº 9.288/2018, teve objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública. Sua vigência foi de 16 de fevereiro a 31 de dezembro de 2018. Em 18 de julho de 2019, o Decreto nº 9.288/2018 foi revogado pelo Decreto 9.917/2019.

Mesmo com o fim da intervenção, as atividades do Gabinete de Intervenção Federal do Estado do Rio de Janeiro foram prorrogadas da seguinte forma:

- . Até o dia 31 de março de 2020, pelo Decreto 9.870/2019;
- . Até o dia 1º de dezembro de 2020, pelo Decreto 10.192/2019;
- . Até o dia 1º de dezembro de 2021, pelo Decreto 10.547/2020; e



. Até o dia 3 de agosto de 2022, pelo Decreto 10.875/2021.

Para organizar as atividades do Gabinete de Intervenção Federal do Estado do Rio de Janeiro, foi criada a Unidade Gestora 110746, subordinada à Presidência da República. Os valores relativos à UG 110746 foram excluídos das Demonstrações Contábeis apresentadas nesse relatório, por esta unidade ter sido criada em caráter temporário e não atender ao princípio da continuidade.

Quanto aos demonstrativos contábeis da UG 110746, cabe ressaltar que seus valores estão sendo reduzidos gradativamente, corroborando com o caráter temporário da mesma.